



PREFEITURA DE  
**BEBERIBE**  
*Beberibe, cidade feliz*

**MENSAGEM Nº. 018/2021**

**ORDEM DE PROTOCOLO**

Funcionário: Fabiano Rocha

Data: 13 / 05 / 2021

Assinatura: [Assinatura]

**BEBERIBE, 13 DE MAIO DE 2021**

Exmo. Sr. Presidente,

Exmos. Senhores Vereadores,

Ao cumprimentá-los, cordialmente, comparecemos à presença de Vossa Excelência com o fito de encaminhar a essa Augusta Casa Legislativa o vertente Projeto de Lei, em anexo, que altera integralmente a lei nº. 334 de 23 de maio de 1991 a qual institui o Fundo Municipal do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Beberibe e cria nova redação.

É considerada primordial a modernização da atual legislação, datada de 1991, que trata do Fundo Municipal do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Beberibe, em especial pelo fato da referida não atender as modernizações dos regimes jurídicos de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.

Ademais, imperioso se faz mencionar que a legislação em vigência, a qual se quer alterar, de nº 334 de 23 de maio de 1991 é altamente ultrapassada, ao ponto de não prever normas básicas de captações de recursos, o que tem dificultado enormemente o financiamento dos projetos do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Beberibe, motivo pelo qual necessita sofrer alteração legislativa em regime de urgência.

Assim, considerando a legislação municipal em vigor, solicitamos o encaminhamento da presente matéria em regime de **URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**.

**Convictos da atenção que essa Casa dispensará ao presente pleito, valemo-nos do singular ensejo para renovar ao Excelentíssimo Senhor Presidente e aos Ilustres Vereadores, nossos votos de elevada estima e distinta consideração.**

Cordialmente,

**MICHELE CARIELLO DE SÁ QUEIROZ ROCHA**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

À Sua Excelência

**VICENTE JUNIOR FERNANDES MAIA**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Beberibe

Av. Maria Calado, s/nº

Centro – CEP: 62.840-000





PREFEITURA DE  
**BEBERIBE**  
*Beberibe, cidade feliz*

PROJETO DE LEI Nº. 030 /2021

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBERIBE  
APROVADO EM 20/05/2021  
PRESIDENTE

**ALTERA INTEGRALMENTE A LEI Nº. 334 DE 23 DE MAIO DE 1991 QUE INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BEBERIBE E CRIA NOVA REDAÇÃO**

**A EXMA. SRA. PREFEITA MUNICIPAL DE BEBERIBE, DO ESTADO DO CEARA, LEVA À APRECIÇÃO DO LEGISLATIVO A MATÉRIA CONSTANTE DO VERTENTE PROJETO DE LEI.**

**Art. 1º** Fica alterada a lei nº. 334 de 23 de maio de 1991, que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para o planejamento, implantação, execução e desenvolvimento de planos, serviços, programas, projetos e demais ações voltadas à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no município.

**Art. 2º** O Fundo Municipal será gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que será responsável:

- I- Pela deliberação e decisão sobre as prioridades que deverão orientar a aplicação dos recursos do fundo;
- II- Pela deliberação e decisão sobre os serviços, programas, projetos e demais ações que serão financiadas com os recursos do fundo;
- III- Pela deliberação e decisão sobre as organizações governamentais ou não governamentais, OSCs - Organizações da Sociedade Civil, a executar as ações que serão financiadas com os recursos do fundo;
- IV- Pela coordenação do processo de repasse dos recursos do fundo para as organizações que executaram as ações prioritizadas;
- V- Pela autorização para liberação dos recursos do fundo para que as ações possam ser executadas;
- VI- Pela avaliação dos recursos anuais da execução físico financeira financiadas com os recursos do fundo;
- VII- Conceder certificados de pré-qualificação de projetos ou atividades, a entidades governamentais e não governamentais, para que possam captar recursos para o FMDCA junto a pessoas físicas e jurídicas.

**Art. 3º** Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão aplicados primordialmente em:

- I - Serviços, o projeto de proteção de crianças e adolescentes com direitos fundamentais ameaçados ou violados;
- II - Serviços, programas ou projetos articulados ao desenvolvimento das ações das políticas sociais básicas (especialmente, mas não exclusivamente, e educação) e da política de assistência social, voltados ao atendimento de crianças e adolescentes que deles necessitem para que possam ser adequadamente alcançados por estas políticas e ter seus direitos fundamentais garantidos;





PREFEITURA DE  
**BEBERIBE**  
*Beberibe, cidade feliz*

III - Estudos e diagnósticos municipais da situação de crianças e adolescentes e da situação da rede de atendimento de crianças e adolescentes existentes no município, usados para fundamentar e orientar a elaboração, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de planos de ação e de planos de aplicação dos recursos do fundo;

IV - Suporte a atividades estruturadas de mobilização de recursos para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente junto a as diferentes fontes de recursos e parceiros potenciais, conduzidas por comissão constituídas para este fim pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V- Ações de capacitação de recursos humanos que atuam no sistema de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e de fortalecimento institucional e operacional da rede de serviços e programas de atendimento existentes no município;

VI - Projetos de comunicação e divulgação das ações de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente residente no município;

VII - Outras ações consideradas prioritárias pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes sejam garantidos, aquelas que forem necessárias para proteção deste público em situação de emergência ou de calamidade pública.

Parágrafo único - Fica vedada a aplicação de recursos do fundo para pagamento de despesas referentes a estruturação e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do conselho tutelar exceto em caráter emergencial e aprovado através de resolução comprovando em seu relatório a necessidade urgente e a impossibilidade momentânea do município para a realização deste.

**Art. 4º** Na definição das ações que serão financiadas anualmente com os recursos do Fundo, o Conselho Municipal deverá considerar:

I. As normas estabelecidas na Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em especial:

a) o artigo 260, § 1º-A, segundo o qual na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e as do Plano Nacional pela Primeira Infância;

b) o artigo 260, § 20, segundo o qual os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem, ao fixar critérios de utilização dos recursos do Fundo por meio de planos de aplicação, prever necessariamente a aplicação de percentual desses recursos para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, e para programas de atenção integral à Primeira Infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

II. O artigo 31 da Lei 12.594/2012 (que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas as adolescentes que pratiquem ato infracional), segundo o qual os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem definir, anualmente, o percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações previstas nesta Lei, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação;

III. Os resultados de diagnósticos atualizados sobre a realidade do município, que evidenciem:

a) os problemas (situações de risco, violências e violações de direitos) que atingem crianças e adolescentes residentes no município e que limitam ou impedem a garantia dos direitos fundamentais previstos na Lei nº 8.069/1990;

b) a situação (lacunas, fragilidades, capacidades de atendimento) do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e da rede de serviços e programas de atendimento existentes no município;

c) a forma como esses aspectos se distribuem nos diferentes bairros, distritos e territórios do município, os segmentos da população infantojuvenil mais atingidos pelos problemas e os territórios menos alcançados pelos serviços e programas de atendimento.





**PREFEITURA DE  
BEBERIBE**  
*Beberibe, cidade feliz*

**Art. 5º** Para a escolha das organizações não governamentais que receberão recursos do Fundo, o Conselho Municipal deverá observar:

I. As normas estabelecidas na Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em especial:

- a) o artigo 90, que define os regimes dos programas de proteção e socioeducativos que devem ser 61 oferecidos pelas entidades de atendimento;
- b) o artigo 91, que versa sobre o registro das entidades não governamentais no Conselho como condição para o seu funcionamento e sobre o prazo de validade desse registro;

II. As normas estabelecidas na Lei nº. 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

**Art. 6º** As prioridades e ações nas quais serão aplicados os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão estar explicitadas no Plano de Ação Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Plano Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo, ambos elaborados anualmente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 7º** O Plano Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo deverá ser encaminhado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pela Prefeitura Municipal para exame e aprovação pela Câmara Legislativa Municipal, passando a integrar o Orçamento Municipal.

**Art. 8º** Constituem receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I. Transferências do orçamento municipal;
- II. Recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado, inclusive transferências fundo a fundo entre esferas de governo;
- III. Destinações dedutíveis do Imposto de Renda, efetuadas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, inclusive doações de bens permanentes ou de consumo;
- IV. Doações não incentivadas de pessoas físicas ou pessoas jurídicas;
- V. Doações de entidades internacionais;
- VI. Recursos provenientes de multas aplicadas pelo Poder Judiciário, conforme previsto no artigo 214 da Lei nº 8.069/1990;
- VII. Resultados de aplicações financeiras dos recursos disponíveis no Fundo, observada a legislação pertinente;
- VIII. Receitas provenientes de outras fontes.

**Parágrafo Único** - Bens materiais que forem doados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderão ser leiloados pelo Poder Executivo Municipal, com autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo os valores resultantes ser depositados na conta bancária do Fundo.

**Art. 9º** Para fins de gestão contábil, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ficará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, que deverá realizar a administração das receitas e despesas desse Fundo sob a regulamentação, orientação e o controle do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - A contabilidade do Fundo deve ter por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente;

§ 2º - Para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do Fundo será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e serão observadas as normas estabelecidas nos artigos 260-D e 260-G da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assim como as Instruções Normativas da Receita 62 Federal do Brasil que versam sobre a gestão de Fundos Públicos.





PREFEITURA DE  
**BEBERIBE**  
*Beberibe, cidade feliz*

§ 3º - O administrador contábil do Fundo deverá:

I - Efetuar a movimentação dos recursos financeiros do Fundo, ordenar empenhos e pagamentos das despesas, em estrita observância dos objetivos e parâmetros estabelecidos no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo, elaborado anualmente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Elaborar mensalmente demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo, e ao final de cada ano o balanço anual da movimentação dos recursos, especificando as receitas e despesas;

III - Submeter ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente os demonstrativos contábeis e a prestação de contas anual da movimentação financeira do Fundo;

IV - Realizar outras atividades que forem indispensáveis para a boa gestão financeira do Fundo.

§ 4º - Após a aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os demonstrativos contábeis e a prestação de contas anual deverão ser publicados em veículo oficial de imprensa, ou ser divulgados publicamente de forma ampla e transparente caso inexistir este veículo.

Parágrafo Único - Toda e qualquer movimentação financeira do FMDCA deve ser autorizada por meio de resolução do conselho ou ofício assinado pelo presidente sob a concordância do colegiado.

**Art. 10** O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o artigo 73 da Lei nº 4.320/1964.

**Art. 11** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBERIBE**, em 13 de maio de 2021.

**MICHELE CARIELLO DE SÁ QUEIROZ ROCHA**  
**PREFEITA MUNICIPAL**